



Câmara dos Deputados

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Subcomissão Especial destinada a reforma do CPM e CPPM

**REQUERIMENTO Nº                      /2016**  
**(Do Sr. Subtenente Gonzaga)**

Requer a realização de audiência pública da Subcomissão Especial, criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para ouvir as altas autoridades que especifica a respeito dos pontos que merecem ser alterados e/ou aperfeiçoados dos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, editados no ano de 1969.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário da CREDEN, sejam convidadas as autoridades abaixo indicados, para, em audiência pública, em data a ser agendada, exporem suas ideias e propostas, perante à Subcomissão Especial instalada em 12 de julho de 2016, destinada a propor projetos de lei visando à atualização do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar. São eles:

- 1) Presidente do Superior Tribunal Militar;
- 2) Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo;
- 3) Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; e

- 4) Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

### **JUSTIFICATIVA**

É de bom alvitre registrar, preliminarmente, que o Código de Processo Penal está sendo repensado por Comissão Especial em pleno funcionamento nesta Casa e para atingir esta finalidade, com êxito, já promoveu inúmeras audiências públicas com vários setores da sociedade civil organizada, com representantes da comunidade jurídica e de Órgãos Públicos que militam na área processual penal.

Razão pela qual é de fundamental importância que a Subcomissão Especial, criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com a finalidade de propor uma grande mudança na legislação codificada acima mencionada, ouça e receba, no início de seus trabalhos, as ricas contribuições das autoridades acima especificadas, para o bom desempenho da sua missão.

Este Requerimento, tem por escopo, convidar o Presidente do STM e os Presidentes dos Tribunais da Justiça Militar (atualmente, três Estados mantêm Tribunais de Justiça Militar: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) que terão com certeza, uma visão macro sobre a necessidade e/ou premência de se alterar a legislação codificada militar.

Sala das Comissões,

Deputado Federal Subtenente Gonzaga  
PDT/MG